



Ministério da Educação  
NOTA TÉCNICA Nº 15/2022/GERENCIA/DDR/SETEC/SETEC

**PROCESSO Nº 23000.029104/2020-53**

**INTERESSADO: GERÊNCIA DE PROJETOS DA DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

**ASSUNTO: RELATÓRIO METODOLÓGICO PARA EMISSÃO DA PORTARIA MINISTERIAL DA MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA REDE FEDERAL EPCT**

**1. REFERÊNCIAS**

- 1.1. [Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019](#) : Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
- 1.2. [Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#) : Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- 1.3. [Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010](#) : Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.
- 1.4. Portaria MEC nº 319, de 20 de maio de 2021 (SEI nº 2668154): Institui a Comissão Paritária para a análise da Matriz de Distribuição Orçamentária das Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - atualizada pela Portaria MEC nº 808, de 14 outubro de 2021 (SEI nº 2925530) e pela Portaria MEC nº 79, de 10 de fevereiro de 2022 (SEI nº 3133041).
- 1.5. Portaria MEC nº 277, de 15 de junho de 2021 (SEI nº 2710389) : Designa os membros da Comissão Paritária para a análise da Matriz de Distribuição Orçamentária da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e dá outras providências - atualizada pelas Portarias: nº 490, de 05 de outubro de 2021 (SEI nº 2914501); nº 137, de 25 de fevereiro de 2022 (SEI nº 2914501); e nº 268, de 04 de maio de 2022 (SEI nº 3300881).
- 1.6. Metodologia da Matriz Orçamentária 2022 - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

**2. SUMÁRIO EXECUTIVO**

2.1. Trata-se da apresentação do relatório metodológico com a proposta de portaria que institucionalizará a Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal EPCT. Para isso, é apresentado um relato dos estudos feitos pela Gerência de Projetos da DDR/Setec/MEC, assim como das atividades da Comissão Paritária, a qual tem as seguintes atribuições, definidas na Portaria MEC nº 319/2021 (SEI nº 2668154):

Art. 2º Compete à Comissão Paritária, no exercício de suas atribuições:

I – definir os parâmetros que serão aplicados na composição da Matriz Orçamentária, considerando os critérios estabelecidos no art. 4º do Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010;

II – especificar as ponderações aplicáveis aos parâmetros utilizados para a distribuição dos recursos;

III – elaborar, requisitar e/ou orientar estudos técnicos pertinentes;

IV – propor a portaria ministerial que institucionalizará a Matriz Orçamentária e suas atualizações; e

V – elaborar e apresentar relatórios.

(...)

Art. 7º A comissão deverá analisar anualmente os critérios, parâmetros e ponderadores que compõem a Matriz Orçamentária.

§ 1º Havendo modificação ou atualização dos critérios, parâmetros ou ponderadores deverá ser elaborado relatório metodológico que servirá de subsídio para a emissão da portaria ministerial da Matriz Orçamentária.

2.2. O resultado final das discussões e deliberações realizadas pela Comissão Paritária, conforme consta no registro das reuniões realizadas de Junho 2021 a Maio 2022, se concretiza com a proposta da Metodologia de Distribuição Orçamentária, apresentada nesta Nota Técnica.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. A Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), prevê em seu artigo 9º:

Art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

3.2. Assim, anualmente, é consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA) das instituições que compõe a Rede Federal, tanto orçamento de custeio, que envolve, dentre outras despesas, a manutenção das instituições e capacitação de servidores, quanto de investimento, que engloba a realização de obras, aquisições de equipamentos, mobiliários, material bibliográfico, etc, além da assistência estudantil, que tem como foco o fomento de ações e políticas para o acesso, permanência e êxito dos estudantes. Esses recursos são chamados de discricionários (RP 2), de modo que considerando a autonomia prevista em lei, cabe a cada instituição definir as prioridades a serem atendidas, a partir do seu planejamento institucional, observando os limites legais.

3.3. Essa proposta orçamentária foi regulamentada através do Decreto 7.313/2010, que dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e, dentre outras coisas, define que:

Art. 4º Na elaboração das propostas orçamentárias anuais dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o Ministério da Educação deverá observar a matriz de distribuição, para a alocação de recursos destinados a despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e de Capital.

§ 1º A matriz de distribuição será elaborada a partir de parâmetros definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do Ministério da Educação, integrada por membros indicados pelo colegiado de reitores dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e por aquele Ministério.

3.4. Em se tratando da proposta orçamentária da RFEPT, constam entre as atribuições da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal (DDR), as competências a seguir, estabelecidas pelo Decreto nº 10.195/2019:

III - planejar e acompanhar a disponibilidade orçamentária e financeira das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, para a sua efetiva manutenção e consolidação;

XI - implementar e monitorar modelos e mecanismos de governança que garantam a gestão transparente e eficaz das políticas públicas e dos recursos destinados à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

3.5. Nesse contexto, desde março de 2020, a Gerencia de Projetos da DDR/Setec/MEC tem se dedicado nessa importante temática de distribuição orçamentária da Rede Federal de EPCT. A proposta foi descrever o marco normativo acerca do tema Matriz Conif, que é o instrumento utilizado atualmente para essa distribuição orçamentária, e analisar criticamente sua aplicação no contexto atual, com objetivo de dialogar sobre a possibilidade de construção de novas propostas de melhoria para toda a RFEPT, conforme exposto na apresentação inicial deste processo (SEI nº 2365316).

3.6. A primeira fase dos estudos foi direcionada às propostas de distribuição do orçamento da Assistência Estudantil, considerando as faixas de Renda Familiar Per Capita (RFP), sendo apresentado ao Conif em Junho/2020 e aprovado para aplicações graduais a partir do exercício de 2021.

3.7. A segunda fase focou nos estudos sobre os documentos que regulamentam a Matriz Conif (distribuição orçamentária aos Institutos Federais, CEFETs e Colégio Pedro II) e a Matriz Andifes (distribuição orçamentária às Universidades Federais), para análises de suas similaridades e aperfeiçoamento do atual modelo de distribuição do orçamento da RFEPCT, seja pelas lacunas observadas na comparação com o Decreto nº 7.313/2010, ou pela necessidade de melhorias decorrentes desse estudo.

3.8. Ao analisar os parâmetros propostos pelo §2º do Art. 4º do Decreto 7.313/2010, observou-se que, além da Matriz Conif não atender plenamente aos critérios estabelecidos, não existe, de forma direta, a utilização de indicadores de qualidade e eficiência das unidades acadêmicas na distribuição orçamentária, dificultando assim, as ações para incentivar a constante melhoria nos campi. Além disso, observou-se a inexistência de uma portaria do Ministério da Educação (MEC) para institucionalizar a matriz de distribuição orçamentária.

3.9. Nesse sentido, providências foram tomadas no sentido de instituir uma Comissão Paritária para deliberar sobre a matriz de distribuição orçamentária, conforme consta na NOTA TÉCNICA Nº 11/2021/GERENCIA/DDR/SETEC/SETEC (SEI 2577935), com foco principal no aperfeiçoamento do modelo existente, tornando a distribuição cada vez mais isonômica e efetiva, além da institucionalização da matriz de distribuição pelo MEC, de modo que esta funcione efetivamente como uma ferramenta de indução das políticas públicas conduzidas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC).

3.10. Assim, através desta Nota Técnica será apresentado o relatório metodológico dos trabalhos realizados.

#### 4. REGISTROS DA COMISSÃO PARITÁRIA

4.1. Os membros da comissão paritária foram designados, mediante Portaria nº 277, de 15 de junho de 2021 (SEI nº 2714135), a qual foi atualizada pela Portaria nº 490, de 05 de outubro de 2021 (SEI 2914501), pela Portaria nº 137, de 25 de fevereiro de 2022 (SEI 3161787), e pela Portaria nº 268, de 04 de maio de 2022 (SEI 3300881). Assim ficou a composição:

##### 4.1.1. Representando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC):

- a) Kedson Raul de Souza Lima (Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - DDR/Setec/MEC);
- b) Jéssica Cristina Pereira Santos (Coordenadora-Geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - DDR/Setec/MEC);
- c) Elizabete Ribeiro Sanches da Silva (profissional do corpo técnico indicado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - DDR/Setec/MEC).

##### 4.1.2. Representando a RFEPCT, indicados pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Conif)

- a) Luciana Miyoko Massukado (Reitora do IFB/ Vice-presidente de Administração - Representando a Diretoria Executiva do Conif);
- b) Silmário Batista dos Santos (Reitor do Instituto Federal de São Paulo - Representando a Câmara de Gestão de Administração do Conif)
- c) Jean Carlos Coelho de Alencar (Pró-reitor de Orçamento e Administração do IFSertãoPE - Representando a Coordenação do Fórum de Administração e Planejamento - FORPLAN do Conif).

4.2. As reuniões foram realizadas semanalmente, na medida em que a agenda permitia, e estão registradas no SEI, conforme informações do Quadro 2 a seguir:

Quadro 1 - Lista das reuniões realizadas pela comissão paritária

Data	Pauta	Nº SEI

29/06/21	Definição do planejamento/estratégias adotadas pela comissão	3232310
07/07/21	Apresentação da metodologia da matriz Conif	3232613
14/07/21	Curso Canvas para registro do projeto Matriz	3232709
21/07/21	Análise de variáveis para preenchimento Canvas pela comissão paritária	3232749
18/08/21	Novo modelo matriz estudado pelo Conif	3232878
25/08/21	Análise sobre o novo modelo de matriz e variáveis do Canvas.	3233176
01/09/21	Discussão sobre os novos critérios para distribuição orçamentária, à luz do Decreto 7.313/2010.	3233209
08/09/21	Discussão sobre os critérios de distribuição orçamentária, à luz do Decreto 7.313/2010. Finalização do Canvas do Projeto.	3233345
15/09/21	Reunião com o Forplan e Câmara de Administração para apresentação do Modelo em estudo pelo Conif.	3233468
22/09/21	Discussão sobre os novos critérios	3233648
29/09/21	Análises sobre alunos equivalentes adotados no modelo Conif	3233733
26/10/21	Reunião com Conif para apresentação das análises da Comissão Paritária.	3233833
03/11/21	Análise de indicadores PNP	3234134
10/11/21	Novas análises com indicadores PNP	3234400
17/11/21	Matrícula Equivalente x IEA x RAP	3234464
24/11/21	Matrícula Total x Matrícula Equivalente	3234642
03/12/21	Continuação Matrícula Total x Matrícula Equivalente	3234771
09/02/22	Resumo das propostas elaboradas para nova Matriz orçamentária	3234773
16/02/22	Continuação de análise de propostas para Matriz Orçamentária	3235101
16/03/22	Continuação de análise de propostas para Matriz Orçamentária	3259109
18/03/22	Continuação de análise de propostas para Matriz Orçamentária	3259650
30/03/22	Continuação de análise de propostas para Matriz Orçamentária	3261000
11/04/22	Continuação de análise de propostas para Matriz Orçamentária	3262439
12/04/22	Continuação de análise de propostas para Matriz Orçamentária	3304248
09/05/22	Simulação Final com dados 2022 na Matriz Orçamentária	3304964

4.3. Destacam-se os seguintes registros oficiais realizados nesse período, referentes à Comissão Paritária:

Quadro 2 - Resumo do histórico das notas técnicas a respeito da Comissão Paritária

Nota Técnica	Descrição
Nota Técnica 56 (2351556)	Registra as reflexões para o ponto de partida de um diálogo com todos os atores envolvidos no tema da distribuição orçamentária, assim como o importante papel da DDR/Setec enquanto órgão de supervisão.

	Registrou-se que o modelo atualmente empregado na distribuição orçamentária não considera diversos dos critérios estabelecidos no Decreto 7.313/2010, fazendo-se necessária a avaliação dos critérios para distribuição de recursos entre as instituições da Rede Federal EPCT.
Nota Técnica 11 (2577935)	Trata da atualização de documentação para criação da Comissão Paritária que vai analisar a Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal.
Nota Técnica 18 (2688122)	Trata da designação da Comissão Paritária que vai definir os critérios, parâmetros e ponderadores para a nova Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal, os quais serão analisados anualmente pela Comissão.
Nota Técnica 38 (2891275) e Nota Técnica 6 (3117068)	Trata da solicitação de prorrogação do prazo previsto de apresentação do relatório metodológico da Comissão Paritária, assim como da solicitação de alteração do membro representante da Setec/MEC nesta Comissão

## 5. ANÁLISE

5.1. O §2º do artigo 4º do Decreto nº 7.313/2010, define que os seguintes critérios que devem ser observados pela Comissão Paritária, para definição dos parâmetros de distribuição orçamentária:

§ 2º Os parâmetros a serem definidos pela comissão levarão em consideração, entre outros, os seguintes critérios:

I - o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período;

II - a relação entre o número de alunos e o número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado;

III - as diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados;

IV - o apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

V - a existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento;

VI - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente;

VII - a existência de núcleos de inovação tecnológica;

VIII - o número de registro e comercialização de patentes;

IX - os resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado;

X - adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação; e

XI - a existência de programas de mestrado e doutorados, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

5.2. A partir da análise dos critérios acima mencionados, é possível concluir alguns pontos importantes, ao compará-los com a metodologia de distribuição orçamentária utilizada atualmente pela RFEPCT:

5.2.1. A base da Matriz Conif é as matrículas totais da Rede Federal, que tem por base os dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, acrescidos de indicadores como dias ativos do ciclo, peso dos cursos, carga horária, dentre outros;

5.2.2. As matrículas abrangem todos os cursos e modalidades/níveis de ofertas praticadas pela Rede Federal de EPCT;

5.2.3. Não há na metodologia atual, uma relação direta de distribuição orçamentária com base nos alunos ingressantes e concluintes, embora seja considerado o ciclo de cada curso e o

tempo de permanência no aluno, no período;

5.2.4. Não consta expressamente na metodologia atual, indicadores de qualidade e eficiência como critério de distribuição orçamentária;

5.2.5. Em atendimento ao artigo 9º da Lei 11.892/2008, a matriz orçamentária identifica a distribuição orçamentária anual para cada campus e para a reitoria das Instituições que compõe a Rede Federal de EPCT;

5.2.6. Observa-se que a atual metodologia utilizada se caracteriza mais como uma matriz de necessidades, em detrimento a uma matriz de distribuição orçamentária. Nesse aspecto, em vários exercícios financeiros, o uso da matriz para distribuição orçamentária ficou comprometido, uma vez que o referencial orçamentário disponibilizado pelo Ministério da Economia era bem inferior à necessidade apresentada pelas instituições.

5.2.7. Nesse contexto, segue o resumo do comparativo entre os critérios estabelecidos no Decreto 7.313/2010 e a Matriz Conif:

Quadro 3 - Critérios do Decreto 7.313/2010 e da Lei 11.892/2008 e sua relação com a Matriz Conif

<b>Critérios do § 2º, atr. 4º do Decreto 7.313/2010</b>	<b>Considerado na Matriz Conif</b>	<b>Não considerado na Matriz Conif</b>
I - o número de matrículas e	x	
a quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período;		x
II - a relação entre o número de alunos e o número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado;		x
III - as diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados;	x	
IV - o apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;		x
V - a existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento;		x
VI - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente;		x
VII - a existência de núcleos de inovação tecnológica;		x
VIII - o número de registro e comercialização de patentes;		x
IX - os resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino;		x
X - adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação;		x
XI - a existência de programas de mestrado e doutorados,	x	
especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela CAPES.		x
<b>Art. 9º Lei 11.892/2008</b>	<b>Considerado na Matriz</b>	<b>Não considerado</b>

	Conif	na Matriz
Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.	x	

5.3. Também é válido mencionar que a Matriz Conif não atende ao que define o § 1º do art. 4º do Decreto acima mencionado, visto que não foi elaborada por uma comissão paritária e, não se encontra institucionalizada pela Setec/MEC.

5.4. A partir desse cenário, a Comissão Paritária instituída pela Portaria MEC nº 319, de 20 de maio de 2021 (SEI nº 2668154) se dedicou a entender os detalhes da metodologia praticada atualmente e buscar possibilidades de melhoria e aperfeiçoamento dessa metodologia, com foco em atender as diretrizes do Decreto 7.313/2010.

#### DISTRIBUIÇÃO ATUAL DO ORÇAMENTO DA REDE FEDERAL

5.5. Atualmente, a distribuição orçamentária entre as instituições da Rede Federal EPCT é feita através da matriz denominada Matriz Conif, que considera uma série histórica de despesas a partir de 2015, atualizada com base no IPCA, assim como parâmetros de tipificação das unidades que compõem a Rede Federal, entre outras regras, sendo composta por 6 (seis) blocos:

- a) **Bloco 1 - Piso:** calculado por meio dos parâmetros da tipificação, com base em custos específicos, segurança e acesso a dados, custos com manutenção (com base na área construída), na categoria agrícola e não agrícola e na classificação conforme a Portaria 246/2016 do MEC, substituída pela Portaria 713/202 do MEC;
- b) **Bloco 2 - Educação Presencial:** calcula o valor de matrículas na educação presencial;
- c) **Bloco 3 - Reitoria:** calcula o valor para a Reitoria com base no número de campi do IF e complemento por campus;
- d) **Bloco 4 - Educação a Distância:** calcula o valor de matrículas na educação a distância;
- e) **Bloco 5 - Assistência estudantil:** calcula o valor de matrículas para os alunos da educação presencial e à distância, considerados os fatores Renda e IDH;
- f) **Bloco 6 - Ensino, Extensão, Pesquisa Aplicada e Inovação:** a partir do valor definido pelo Conif para esses eixos, calcula a distribuição entre as Instituições, sendo 50% distribuído linearmente por Instituição, e a outra metade linearmente por número de Campus.

5.6. A lógica da composição da Matriz Conif considera essencialmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível básico, médio, técnico, graduação, *lato sensu*, *stricto sensu*, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EaD) por campus de cada Instituição da Rede Federal de EPCT. Não são consideradas as matrículas de alunos associados aos programas que recebem financiamento específico e de cursos pagos.

5.7. A metodologia utilizada para distribuição dos recursos destinados aos *campi* e Reitoria no exercício de 2022 considerou, para efeito de composição e cálculos, a estrutura de categorização do campus, metodologia que foi utilizada nos últimos anos pelo FORPLAN/Conif, com ajustes no piso, que passou a utilizar a metodologia de tipificação para sua definição.

5.7.1. O piso dos campi foi definido a partir das variáveis Categoria Agrícola e Não Agrícola, a Classificação conforme a portaria 246 (substituída pela portaria 713/2021) e a área construída. O valor do orçamento no Piso representa o recurso necessário para o funcionamento da unidade, independente da realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir do conceito de custos fixos, considerando despesas das unidades da rede, como: vigilância, limpeza e conservação, serviços terceirizados de manutenção das fazendas, motorista, combustível e manutenção da frota, seguro de veículos, manutenção predial, internet, telefonia, energia, água e esgotos, publicidade

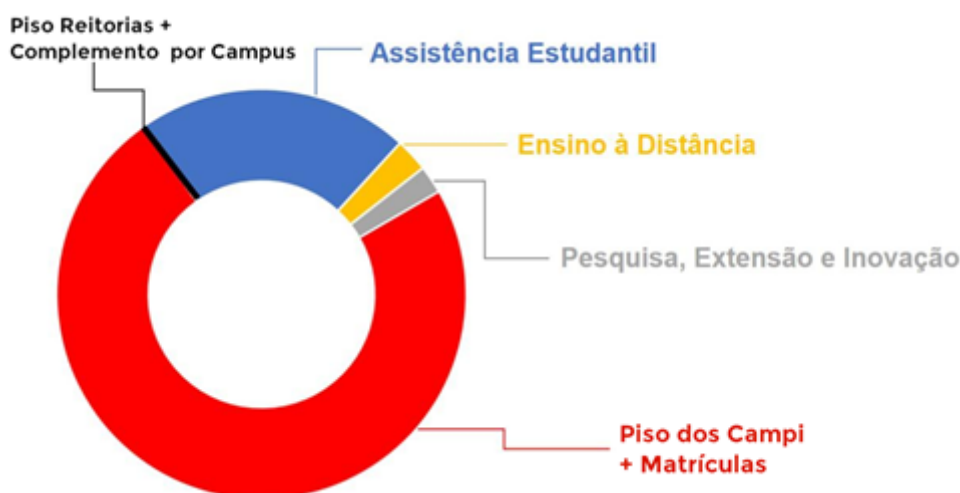
legal, locação, correios, outsourcing de impressão. Os valores dos serviços terceirizados consideraram a realidade dos estados.

5.8. Os dados-base para os valores da Matriz Conif de distribuição foram agrupados em:

- a) Piso dos Campi + Matrículas
- b) Piso das Reitorias + Complemento por Campus
- c) Assistência Estudantil
- d) Ensino à Distância
- e) Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação

5.9. A figura a seguir retrata de forma resumida, a alocação dos valores na Matriz Conif de distribuição 2022:

Figura 1 - Distribuição da Matriz Conif 2022 nas instituições da RFEPCT



#### METODOLOGIA PROPOSTA PELA COMISSÃO PARITÁRIA

5.10. Considerando as atribuições da Comissão Paritária, previstas no art. 2º da Portaria nº 319/2021 (SEI nº 2668154), e as ações de governança junto à Rede Federal de EPCT, sob responsabilidade da DDR/Setec/MEC, previstas no Art. 17º do Decreto 10.195/2019, esta Comissão Paritária analisou o atual modelo de distribuição orçamentária da RFEPCT, conforme apresentado no tópico anterior e, considerando o que estabelece os marcos normativos em vigor, considerou diversos cenários para definir os novos critérios e parâmetros da Matriz Orçamentária da RFEPCT. Várias simulações foram feitas e discutidas pela Comissão, com foco no aprimoramento da matriz existente, distribuição justa e isonômica do orçamento, além de qualificar a distribuição orçamentária com indicadores de qualidade e eficiência.

5.11. A partir disso, a proposta é que a Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT seja composta por quatro blocos, a saber, conforme detalhado na [Metodologia anexa a esta Nota Técnica \(SEI XXX\)](#):

- a) **Funcionamento**: compreenderá 80% da distribuição orçamentária e se refere à manutenção das atividades globais da instituição, tendo como base de cálculo as matrículas totais;
- b) **Reitoria/Direção-geral**: compreenderá 10% da distribuição orçamentária e se refere à manutenção das atividades globais da unidade gestora central dos institutos, ou seja, o órgão executivo central de uma estrutura multicampi. No caso dos CEFETs, chama-se Direção Geral.



c) **Qualidade e Eficiência:** compreenderá 10% da distribuição orçamentária e se refere à qualidade das atividades institucionais, demonstrada através de indicadores disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha.

d) **Assistência Estudantil:** assistência aos estudantes dos cursos presenciais e a distância, assim como aos alunos em regime de internato pleno (RIP) e aos alunos de cursos de Formação Inicial e Continuada, como foco no acesso, permanência e êxito.

5.12. Nos blocos de "Funcionamento" e "Assistência Estudantil", a distribuição orçamentária ocorrerá em nível das Unidades Acadêmicas. Já nos blocos "Reitoria" e "Qualidade e Eficiência", a distribuição orçamentária ocorrerá em nível das Instituições. Cada bloco possui suas respectivas variáveis, conforme descritas na sequência.

5.13. Importa destacar que o trabalho que está sendo desenvolvido pela Comissão Paritária nesta etapa, não está avaliando o bloco de Assistência Estudantil, que já foi revisado pela Setec em 2020 e, passou a ter como base a renda per capita declarada pelos alunos, como principal critério de distribuição.

#### FORMAS DE DISTRIBUIÇÃO DA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA PROPOSTA

5.14. A distribuição anual do orçamento a ser destinado aos Institutos Federais considera:

- a) Definição do referencial orçamentário da Rede Federal de EPCT;
- b) Definição do referencial orçamentário a ser destinado para a Assistência Estudantil (AE), a partir do montante total;
- c) Distribuição do Orçamento Total, deduzindo a parcela da AE, para: Funcionamento, Reitoria e Qualidade e Eficiência, seguindo a proporção de 0.8, 0.1 e 0.1, respectivamente.

$$\begin{aligned}\text{ORÇAMENTO TOTAL(R\$)} - \text{AE (R\$)} &= \text{X} \\ \text{FUNCIONAMENTO (R\$)} &= 0.8 \text{ X} \\ \text{REITORIA (R\$)} &= 0.1 \text{ X} \\ \text{QUALIDADE E EFICIÊNCIA (R\$)} &= 0.1 \text{ X}\end{aligned}$$

5.15. Nesse sentido, a Matriz de Distribuição Orçamentária proposta prevê as seguintes formas de distribuição, em seus respectivos blocos, **conforme detalhado na Metodologia anexa a esta Nota Técnica (SEI XXX):**

#### 5.16. **Bloco Assistência Estudantil**

Receberá o montante correspondente ao valor do ano anterior, corrigido pelo IPCA e pelo crescimento de matrículas. Sua distribuição orçamentária segue conforme critérios já estabelecidos em 2020.

#### 5.17. **Bloco Funcionamento**

5.17.1. Receberá o valor equivalente a 80% do Orçamento Total, após deduzir o valor destinado à Assistência Estudantil.

5.17.2. A distribuição orçamentária entre as instituições é baseada na Matrícula Total, calculada de acordo com a Metodologia do FORPLAN/Conif já utilizada, pois esta já engloba diversas variáveis, tais como: bônus para curso agropecuário; peso dos cursos (Proeja / Fic / Técnicos / Graduação / Licenciaturas / Stricto sensu); dias ativos e carga horária dos ciclos; número de matrículas nos diversos níveis ofertados, dentre outros.

#### 5.18. **Bloco Reitoria**

5.18.1. Receberá o valor equivalente a 10% do Orçamento Total, após deduzir o valor destinado à Assistência Estudantil. Sua distribuição será baseada na Matrícula Total, da mesma forma que o bloco Funcionamento.

#### 5.19. **Bloco Qualidade e Eficiência**

5.19.1. Receberá o valor equivalente a 10% do Orçamento Total, após deduzir o valor destinado à Assistência Estudantil.

## BLOCO QUALIDADE E EFICIÊNCIA

5.20. Como principal inovação para a Matriz de Distribuição Orçamentária da RFEPCT, destaca-se o bloco qualidade e eficiência, quem tem por objetivo incorporar na distribuição orçamentária, critérios que qualifiquem essa distribuição, reconhecendo a qualidade e eficiência das ações realizadas pelas instituições.

5.21. Para a definição de quais indicadores utilizar, destacam-se os seguintes critérios:

- 5.21.1. Existência de sistema oficial para coleta das informações;
- 5.21.2. Alinhamento com o Decreto 7.313/2010;
- 5.21.3. Atendimento de metas legais estabelecidas;
- 5.21.4. Aferição da qualidade e eficiência das ofertas realizadas pelas instituições;

5.22. Nesse sentido, foram definidos 3 (três) indicadores, cuja base oficial de informação é a Plataforma Nilo Peçanha:

- a) IEA – Índice de Eficiência Acadêmica Equalizado
- b) RAPP – Relação Aluno-Professor Presencial Equalizada; e
- c) IAML Equalizado – Índice de Atendimento ao Marco Legal.

5.23. Todos os indicadores tem como fonte de coleta a Plataforma Nilo Peçanha, de modo que no caso do IAML, este será composto pela média ponderada dos percentuais legais dos cursos técnicos (CT), formação de professores (FP) e educação de jovens e adultos (EJA), assim como o parâmetro do IEA equalizado será a média da Rede Federal de EPCT, excluindo as escolas vinculadas e os cursos de qualificação profissional.

5.24. Para os cálculos desse bloco serão utilizadas diferentes faixas de resultados, considerando as características de cada indicador proposto. Esses cálculos são detalhados na **Metodologia anexa a esta Nota Técnica (SEI XXX)**.

5.25. Seguem as faixas de cada indicador: **(tópico aberto para sugestão da comissão: mantemos essas faixas na NT para dar uma breve explicação dos cálculos, ou anexamos somente no arquivo da Metodologia?)**

Tabela 1 - Faixas do IEA

Faixas de IEA	$IEA_{PNP} < 0,90 * IEA_{Rede}$	$0,90 IEA_{Rede} \leq IEA_{PNP} < IEA_{Rede}$	$IEA_{Rede} \leq IEA_{PNP} < 1,10 * IEA_{Rede}$	$1,10 * IEA_{Rede} \leq IEA_{PNP} < 1,20 * IEA_{Rede}$	$IEA_{PNP} \geq 1,20 * IEA_{Rede}$
PESOS	0,5	1	1,5	2	2,5

Tabela 2 - Faixas da RAPP

Faixas de RAPP	$RAPP_{PNP} < 18$	$18 \leq RAPP_{PNP} < 20$	$20 \leq RAPP_{PNP} < 22$	$RAPP_{PNP} \geq 22$
PESOS	0	1	2	2,5

Tabela 3 - Faixas do CT para o IAML

Faixas de CT	Fator de correção
$CT_{PNP} < 0,50$	0

$0,50 \leq CT_{PNP} < 0,60$	1
$CT_{PNP} \geq 0,60$	2

Tabela 4 - Faixas do FP para o IAML

Faixas de FP	Fator de correção
$FP_{PNP} < 0,10$	0
$0,10 \leq FP_{PNP} < 0,15$	1
$0,15 \leq FP_{PNP} < 0,20$	2
$FP_{PNP} \geq 0,20$	2.5

Tabela 5 - Faixas do EJA para o IAML

Faixas de EJA	Fator de correção
$EJA_{PNP} < 0,025$	0
$0,025 \leq EJA_{PNP} < 0,05$	1
$0,05 \leq EJA_{PNP} < 0,10$	2
$EJA_{PNP} \geq 0,10$	2,5

**CEFET MG - CEFET RJ - COLÉGIO PEDRO II**

5.26. Cabe destacar que as peculiaridades do CEFET/MG, CEFET/RJ e Colégio Pedro II serão consideradas na aplicação dos indicadores, em especial do IAML e, no caso do CP II, há considerações também da RAPP, de modo que outras formas de distribuição orçamentária poderão ser avaliadas, caso este venha a gerar algum tipo de prejuízo para estas instituições.

5.27. Nesse sentido, destaca-se que:

- O IEA, obtido na PNP, é válido para todas as instituições, sem distinção.
- A RAP Presencial, obtida na PNP, é válida para todos os IFs e CEFETs. Já para Colégio Pedro II, dadas suas peculiaridades na oferta da educação infantil e, com o objetivo de manter padronizada a metodologia proposta para a matriz de distribuição orçamentária, sem causar quaisquer prejuízos para a instituição, será utilizada a RAP presencial média da Rede Federal EPCT apurada na PNP.
- O IAML será aplicado aos Institutos Federais, conforme percentuais legais disponíveis na PNP. Para o CEFET MG, CEFET RJ e Colégio Pedro II, considerando suas peculiaridades nas ofertas e, com o objetivo de manter padronizada a metodologia proposta para a matriz de distribuição orçamentária, sem causar quaisquer prejuízos para as instituições, serão atribuídos os percentuais legais médios da Rede Federal EPCT para cursos técnico, formação de professores e Educação Jovens e Adultos apurados na PNP.

**REGRAS DE TRANSIÇÃO**

5.28. Com o objetivo de minimizar possíveis impactos na distribuição orçamentária, devido a mudança da metodologia, permitindo que as instituições, inclusive, estabeleçam um planejamento para aprimoramento de seus indicadores, propõe-se que:

- O bloco de qualidade e eficiência corresponderá somente a 10% da distribuição orçamentária;
- Os indicadores do bloco de qualidade e eficiência serão considerados no âmbito da instituição e não das unidades de ensino, visando assim atenuar possíveis discrepâncias existentes entre as unidades;

- c) Compromisso da Setec em buscar alternativas para realizar a complementação orçamentária daquelas instituições que porventura tenham perdas significativas em seu orçamento;
- d) Criação de faixa no IEA, com peso de 0,5, para que nenhuma instituição fique com zero;
- e) Prazo de 03 (três) anos para aplicação dessas regras, ou seja, até o ano-base 2025 **(Ou seria melhor detalhar ? Matriz Orçamentária de 2023, 2024 e 2025).**

5.29. Destaca-se que nesse período de 3 (anos), as instituições deverão se comprometer em buscar alternativas para se adequar a nova metodologia.

5.30. Além da regra de transição, propõe-se que a Portaria que irá institucionalizar a Matriz de Distribuição Orçamentária da RFEPCT contemple o esforço da Setec realizado anualmente, para que as instituições não fiquem com orçamento inferior ao ano anterior, de modo a não prejudicar seu funcionamento e a qualidade da oferta. No entanto, trata-se de um esforço, de modo que para que isso ocorra, no mínimo, o montante do orçamento disponibilizado pelo Ministério da Economia, para ser distribuído entre as instituições da Rede Federal de EPCT, não poderá ser reduzido em relação ao ano anterior.

### FUNCIONAMENTO CAMPUS NOVO

5.31. Serão considerados como campi novos, para efeito de distribuição orçamentária, aqueles em funcionamento no prazo de até 5 (cinco) anos, a contar de sua autorização, através de Portaria do Ministério da Educação.

5.32. O piso para esses campi será de **R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)**, a ser aplicado da seguinte forma:

5.32.1. Os campi novos entrarão na Matriz e, se a partir da metodologia não alcançarem o piso estabelecido, terão seu orçamento complementado até o referido limite, no referido prazo de 5 (cinco) anos.

5.32.2. Caso a unidade seja autorizada após a publicação da PNP, entrará na Matriz somente no exercício seguinte ao de sua autorização.

5.33. Vale esclarecer que o valor proposto tomou por base os valores praticados a título de piso, na metodologia anterior da Matriz orçamentária, para os campi agrícola e não agrícola, assim como para os campi avançado.

### IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO DE TODOS OS CRITÉRIOS DO DECRETO Nº 7.313/2010

5.34. Conforme já destacado anteriormente, a Comissão Paritária teve a preocupação em utilizar alguns parâmetros para selecionar os indicadores para compor o bloco de qualidade e eficiência.

5.35. Por essa razão, nem todos os critérios constantes no Decreto nº 7.313/2010 poderão ser agregados, **neste momento**, na Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT, conforme considerações a seguir:

<b>Crítérios do § 2º, atr. 4º do Decreto 7.313/2010 que não poderão ser atendidos nessa proposta, inicialmente</b>	<b>Considerações</b>
IV - o apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;	Não há fonte de informação oficial, institucionalizada, para mensurar esse apoio. O objetivo é discutir propostas para incorporações futuras na Matriz de Distribuição Orçamentária.
V - a existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento;	Até então, não havia na Rede Federal de EPCT, indicadores institucionalizados acerca da pesquisa e extensão. Nesse sentido, a Setec publicou em 13/05/2022, a Portaria nº 299, de 06/05/2022

VI - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente;	(3299280), criando esses indicadores, assim como em 30/05/2022, publicou a Portaria nº 321, de 27/05/2022 (3319706), através da qual dispõe sobre o sistema de monitoramento desses indicadores. Assim, esta Comissão entende pela necessidade de amadurecer esses indicadores, aguardando, por exemplo, alguns ciclos de coleta dos resultados, para que sejam incorporados à Matriz de Distribuição Orçamentária.
VII - a existência de núcleos de inovação tecnológica;	
VIII - o número de registro e comercialização de patentes;	
IX - os resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino;	Até o momento não se verificou formas efetivas de atendimento desse critério, visto que a principal oferta da Rede Federal de EPCT é o nível de educação profissional técnica de nível médio, para a qual não há sistemas nacionais de avaliação instituído.
X - adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação;	Não há fonte de informação oficial, institucionalizada, para mensurar essa adesão. O objetivo é discutir propostas para incorporações futuras na Matriz de Distribuição Orçamentária.
XI - a existência de programas de mestrado e doutorados, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela CAPES.	A existência de programas de mestrados e doutorados já é considerada na Matriz Conif na matrícula total, de modo que alunos <i>stricto sensu</i> possuem um peso diferenciado de 3,75 ( peso 2,5 mais uma bonificação de 50%). Nas próximas etapas, o objetivo é incorporar à Matriz de Distribuição Orçamentária, o resultado de avaliação desses cursos pela CAPES, como indicador de qualidade da oferta, dando ênfase aos profissionais.

5.36. É importante destacar que a Comissão Paritária é permanente, logo, seus trabalhos não se encerrarão nesta etapa. Dessa forma, as discussões permanecerão e novos aprimoramentos serão propostos para a Matriz de Distribuição da Rede Federal de EPCT ao longo do tempo. Nesse aspecto, nos termos da Portaria nº 319/2021 (2656885), caberá à Comissão:

Art. 5º A Comissão Paritária reunir-se-á ordinariamente a cada quatro meses e, extraordinariamente, por convocação de seu coordenador ou por solicitação de, no mínimo, quatro de seus membros.

Art. 7º A comissão deverá analisar anualmente os critérios, parâmetros e ponderadores que compõem a Matriz Orçamentária.

§ 1º Havendo modificação ou atualização dos critérios, parâmetros ou ponderadores deverá ser elaborado relatório metodológico que servirá de subsídio para a emissão da portaria ministerial da Matriz Orçamentária.

§ 2º O resultado da análise deverá ser entregue à Setec/MEC, no primeiro trimestre do ano, para definição da matriz do ano subsequente.

## 6. CONCLUSÃO

6.1. Ante o exposto, considerando a conclusão dos trabalhos dessa primeira etapa de análise da Matriz de Distribuição Orçamentária das Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

6.2. Encaminhe-se ao Gabinete da Setec este relatório metodológico, com a proposta de portaria que institucionalizará a Matriz de Distribuição Orçamentária da RFEPCT, conforme **Minuta (SEI XXX)**, que já deverá ser aplicada na distribuição orçamentária do PLOA 2023.

6.3. Destaca-se que, uma vez que a Comissão Paritária é permanente, novas etapas de análise da Matriz de Distribuição Orçamentária das Instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica serão realizadas, com foco em seu aprimoramento.

- 6.4. São anexos a este relatório metodológico:
- 6.4.1. Minuta de Portaria (SEI XXX);
- 6.4.2. Metodologia de Distribuição Orçamentária da Rede Federal EPCT (SEI XXX).

KEDSON RAUL DE SOUZA LIMA  
Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal  
Coordenador da Comissão Paritária/Representante Setec

JÉSSICA CRISTINA PEREIRA SANTOS  
Coordenadora-Geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal  
Representante Setec

ELIZABETE RIBEIRO SANCHES DA SILVA  
Assessora Especial GP / DDR / Setec / MEC  
Representante Setec

LUCIANA MIYOKO MASSUKADO  
Reitora do Instituto Federal de Brasília  
Representante RFEPCT

SILMÁRIO BATISTA DOS SANTOS  
Reitor do Instituto Federal de São Paulo  
Representante RFEPCT

JEAN CARLOS COELHO DE ALENCAR  
Pró-reitor de Orçamento e Administração do Instituto Federal do Sertão Pernambucano  
Representante RFEPCT